



Me. Carlos José Pinheiro Teixeira

Coordenador de Educação do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça – MJ entre 2007 e 2009. Atualmente exerce a função de Coordenador Geral de Alfabetização da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação – MEC.

## O Programa Brasil Alfabetizado e a oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**1. Revista Com Censo (RCC) – Como tem sido a adesão do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) nos estados e no Distrito Federal? Relate um pouco sobre o histórico do Programa.**

**Carlos José Pinheiro Teixeira** - O PBA foi lançado em 2003 como resposta ao desafio de universalizar a alfabetização de jovens e adultos. Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 12.8 milhões de brasileiros e brasileiras se declaram analfabetas, o que corresponde a 8% das pessoas com 15 anos de idade ou mais. O Programa é uma atuação do Governo Federal, em regime de colaboração com os estados e municípios para a oferta de turmas de alfabetização. O papel da União é apoiar técnica e financeiramente os entes federados para que realizem ações de alfabetização. Esse apoio acontece por intermédio da transferência de recursos de custeio e por meio do pagamento das bolsas aos alfabetizadores, tradutores e intérpretes de Libras e coordenadores de turmas.

Em 2007, com o redesenho no PBA, o Programa passou a atender exclusivamente aos municípios, estados e Distrito Federal, e o pagamento da bolsa passou a ser feita diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Outra alteração importante foi o tempo de duração das turmas, antes variava entre sete e nove meses, e atualmente as turmas devem funcionar por oito meses.

Sobre a duração das turmas, é preciso que se entenda que esses oito meses se configuram em um processo inicial de alfabetização. Esse processo precisa ter continuidade, e acontece no Primeiro Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A visão estratégica da Diretoria de Política de Juventude e Alfabetização de Jovens e Adultos é integrar a alfabetização dentro da política de Educação de Jovens e Adultos. Distrito Federal, estados e municípios precisam informar nos seus Planos Plurianuais de Alfabetização (PPALFA) as estratégias de encaminhamento dos egressos para as turmas de EJA.

## **2. RCC – Quais as medidas do Programa que repercutem na ampliação da oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos sistemas públicos de ensino no Brasil?**

**Carlos Teixeira** - O Programa é uma porta de acesso para a elevação da escolaridade, o que provoca necessariamente a ampliação da oferta de EJA existente nas redes municipais e estaduais. O importante é que essa oferta esteja atenta às especificidades desse atendimento.

Penso que o PBA sinaliza para os sistemas de ensino a necessidade de flexibilizar os tempos e ampliar os espaços da oferta dessa modalidade. Flexibilidade já prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A flexibilidade do tempo permite que os municípios adotem calendários adequados às especificidades locais; enquanto a multiplicidade de espaços permite a oferta de turmas mais próxima aos alfabetizando.

Outro aspecto importante é preservar as ações intersetoriais que o PBA promove. Uma delas é a utilização do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que é feito nas secretarias municipais de assistência social ou nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). O Cadastro Único é um instrumento que permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda. Por meio de um sistema informatizado, o governo federal consolida os dados coletados no Cadastro Único para formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais. Com os dados do Cadastro Único, os alfabetizadores e coordenadores de turmas do PBA podem mobilizar a demanda existente de pessoas não alfabetizadas, por meio da busca ativa, captação que ocorre a partir de visitas às residências. Ilustro essa ação com a indução para que o Distrito Federal, os municípios e os estados utilizem o Cadastro Único na busca ativa dos alfabetizando. Com essa busca ativa fica mais fácil chegar nessas pessoas e criar turmas próximas a onde elas moram ou trabalham.

## **3. RCC – No âmbito nacional, como você avalia a garantia da continuidade de estudos dos alfabetizando egressos do Programa?**

**Carlos Teixeira** - Ainda não tenho elementos que me permitam fazer avaliações mais qualificadas sobre a continuidade; falo de percepções sobre esse fenômeno.

O que me parece é que as estratégias para garantir essa continuidade precisam ser ampliadas e fortalecidas, e isso implica em mudanças nas escolas que ofertam a modalidade de educação de jovens e adultos.

Lembro que não podemos perder de vista as orientações expressas no documento: Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores, que orienta a atuação dos entes executores do PBA. Nesse documento é dito que os egressos do Programa deverão ser encaminhados às turmas de EJA para continuidade dos estudos, e que o PBA se traduz em um instrumento que exige a responsabilidade, o compromisso e a articulação dos municípios, estados, Distrito Federal e União, essenciais para institucionalizar as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, garantindo seu espaço e sua qualidade, e ampliando a oferta.

Depoimentos que ouvi de egressos de turmas de alfabetização de jovens e adultos mostravam claramente que uma das causas do abandono das turmas de EJA era a forma de acolhimento por parte do professor; bem diferente do que eles haviam vivenciado na alfabetização.

Faço aqui referências às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 04/2010), que aponta como princípio orientador de toda ação educativa a necessidade do respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários. Cabendo aos sistemas proporcionar aos jovens e adultos oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses e condições de vida.

## **4. RCC – Qual a sua opinião sobre a necessidade de flexibilizações em relação a tempo e espaços no primeiro segmento da EJA, a fim de possibilitar a continuidade e permanência dos(as) alfabetizando(as) egressos do Programa na Rede Pública de Ensino?**

**Carlos Teixeira** - Reforço que a flexibilidade já prevista na LDB é ratificado nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa flexibilidade deve acontecer porque a escola precisa ser capaz de atender à diversidade existente. Diversidade que deve ser entendida como a riqueza da modalidade de EJA. Essa oferta é plural e não tem um formato único, e isso tem reflexo na organização dos livros didáticos dessa modalidade no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-EJA).

A escola tem postura pouco acolhedora para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos e às vezes tem um horário rígido demais. Até pouco tempo atrás ouvíamos relatos no MEC sobre o fato de que as bibliotecas ficavam fechadas à noite, assim como a quadra de esporte e o laboratório de informática.

Quando o alfabetizando sai do Programa e vai para a escola, ele não se sente acolhido. Ao longo de 20 anos acompanhando turmas de alfabetização de adultos, não foram poucos os relatos que ouvi de alfabetizando dizendo “Aqui é melhor do que lá”.

Creio que isso nos alerta para importância da integração das ações do PBA com o planejamento da rede de ensino. Isso envolve, entre outras coisas, a integração da formação inicial e continuada dos alfabetizadores com os processos formativos dos professores dessa modalidade.

Outro ponto importante é a necessidade de ampliar a oferta de EJA em outros períodos além do noturno. A grande concentração da oferta no noturno inviabiliza o acesso de milhares de brasileiros e brasileiras às salas de aula, pois muitos trabalham na noite.

## **5. RCC – Quais os pressupostos teóricos e metodológicos de Alfabetização de Jovens e Adultos que norteiam o Programa?**

**Carlos Teixeira** - Esse assunto é abordado no documento citado anteriormente: Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores. O documento é resultado de um diálogo com gestores e representantes

de instituições formadoras, e um dos objetivos desse documento é a indicação dos princípios, diretrizes e estratégias que darão suporte à elaboração da dimensão teórico metodológica da formação e da ação alfabetizadora, construídos no diálogo da DPEJA/SECAD/MEC com as instituições formadoras e gestores do PBA.

Fundamentado no Marco de Ação de Belém, documento resultante da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFITEA), esse documento defende que as propostas que contemplam ações de alfabetização - parte do processo que integra a educação de jovens, adultos e idosos - deverão possibilitar o reconhecimento dos saberes dos sujeitos e a apropriação das diversas linguagens como instrumentos para a autonomia e para a emancipação. Nesse sentido, a formação daqueles que atuam diretamente junto aos sujeitos mostra-se elemento fundamental.

Esse Documento afirma ainda que o processo alfabetizador é dialógico e incorpora diferentes elementos. Dessa forma, é necessário pensar uma metodologia que transcenda a perspectiva puramente técnica de aquisição da escrita, possibilitando aos jovens, adultos e idosos aprendizagens significativas, compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos.

Por último ressalto que, segundo esse Documento, a abordagem dos conteúdos referentes aos fundamentos e às metodologias possibilita compreender a articulação entre as teorias e as práticas. Dessa maneira, mostram-se fundamentais temas referentes ao conceito de EJA, diversidade dos sujeitos, questões de gênero, educação socioambiental, direito constitucional, dimensões técnica e política da educação, concepções e metodologias da alfabetização e a relação com as áreas de matemática, língua portuguesa e diferentes linguagens, avaliação da aprendizagem, registro e da análise das práticas, interface com o mundo do trabalho, apropriação da escrita e da leitura como exercício da cidadania, dentre outros.

Recomendo que gestores, coordenadores e alfabetizadores leiam esse Documento e ampliem o debate iniciado para sua elaboração.

## **6. RCC – No âmbito Nacional, como tem sido executadas as formações inicial e continuada dos alfabetizadores e alfabetizadores-coordenadores de turmas do Programa, no sentido de qualificar a ação alfabetizadora?**

**Carlos Teixeira** - O Programa aponta a necessidade de essa formação ser feita em duas etapas: a inicial de 40 horas - obviamente antes do início das turmas; e a continuada, de 64 horas, ao longo dos oito meses. Como dito anteriormente, os parâmetros dessa formação são indicados no Documento Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores (disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&Itemid=30192)).

No momento da análise do Plano Plurianual de Alfabetização (PPALFA) são verificadas as informações apresentadas no Plano de Formação Inicial e Continuada, e o perfil da Instituição Formadora que será responsável pela formação dos alfabetizadores.

Podem atuar como Instituição Formadora as Instituições de Ensino Superior, as Instituições da rede federal de educação

profissional e tecnológica, as instituições ou organizações de ensino sem fins lucrativos e, ainda, agentes do sistema público de educação básica e, sequencialmente, profissionais das redes de ensino. As instituições precisam comprovar no mínimo dois anos de experiência em formação de alfabetizadores de jovens e adultos.

Guardo comigo até hoje a memória de muitos encontros formativos e a riqueza dos depoimentos e trocas entre os alfabetizadores que faziam questão de apresentar suas dificuldades e as soluções pedagógicas encontradas. Aproveito para sugerir que os alfabetizadores registrem diariamente as suas experiências vivenciadas nas turmas e nos encontros de formação continuada. O registro permite certo distanciamento e amplia a possibilidade de refletir sobre as práticas adotadas.

## **7. RCC – Quais as ações desenvolvidas pelo MEC para ampliar e fortalecer a formação dos voluntários alfabetizadores e alfabetizadores-coordenadores de turmas?**

**Carlos Teixeira** - Recém-chegado na Coordenação do PBA, estou fazendo uma imersão sobre os registros e avaliações dos processos de formação realizados pelos entes executores. A ideia é fortalecer ainda mais o diálogo iniciado para a elaboração do documento de referência e integrar essas ações com a formação dos educadores da modalidade de EJA. Tendo em vista que o objetivo é qualificar a formação inicial e continuada para garantir um processo de alfabetização de qualidade e a continuidade dos estudos e elevação de escolaridade.

Trabalhamos na perspectiva de ampliar a participação das instituições de ensino superior e com isso envolver um número maior de universitários atuando como alfabetizadores, e fomentar as ações de extensão universitária e a pesquisa.

## **8. RCC – Como se dá a interlocução/articulação entre a Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos na Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do MEC?**

**Carlos Teixeira** - Podemos chamar de orgânicas as relações entre as coordenações que cuidam da alfabetização, dos sistemas de ensino e das políticas de juventude na Diretoria de Políticas de Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Podemos dizer também que as ações dessa Diretoria estão integradas às ações das outras Diretorias da SECADI. Os processos de planejamento, acompanhamento e monitoramento são realizados conjuntamente, e os diálogos com o Distrito Federal, estados e municípios acontecem a partir do entendimento que a centralidade das ações é o fortalecimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Uma dessas estratégias para o fortalecimento da modalidade é o apoio suplementar à criação e manutenção das novas turmas de EJA nas redes públicas de ensino. Muitas dessas turmas são criadas para atender aos egressos do PBA. Essa suplementação é fundamental para garantir a continuidade dos estudos desses egressos.

Que nada impeça a continuidade dos estudos a não ser o desejo e a vontade do próprio alfabetizando. Isso na prática significa turmas próximas de sua moradia ou de seu trabalho, escolas que acolham, materiais didáticos adequados aos jovens e adultos, merenda escolar como qualquer estudante da Educação Básica, e, ainda, professores que participem de formação continuada. ■